



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 6^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 103^a
(CENTÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Olair Francisco a secretariar os trabalhos da Mesa.

Esta Presidência informa que o atraso de 45 minutos decorre da prolongada reunião da Mesa Diretora da Casa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 102^a Sessão Ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Com a presença dos Deputados Chico Vigilante, Joe Valle, Cláudio Abrantes, Eliana Pedrosa, Arlete Sampaio e Olair Francisco, há *quorum* para a manifestação dos Srs. Líderes.

Aproveito para registrar a presença do Deputado Raimundo Ribeiro, que muito alegra todos nós com sua eleição para a próxima legislatura.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Eu venho, nesta tarde, a esta tribuna porque fiz um requerimento. Temos feito um trabalho na questão da sustentabilidade, na questão ambiental do Distrito Federal. Temos um grupo de trabalho sobre a água no Distrito Federal. Há uma denúncia que muito nos preocupa. Nós temos andado naquela região e já tínhamos conversado com muitas pessoas. Eu gostaria que a Casa apressasse o requerimento de informação sobre a questão da contaminação da Barragem do Descoberto por efluentes de um lixão de Águas Lindas. Lembro que 65% da água que consumimos no Distrito Federal é oriunda dessa barragem. Isso significa que, havendo esse nível de contaminação, nós podemos estar já, agora, adiantadamente, em um processo de escassez de água



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

tremenda para o consumo do cidadão. Então, essa suspeita precisa ter uma resposta urgente para que possamos ter tranquilidade no grupo de trabalho da água aqui na Câmara Legislativa, porque realmente aquele manancial é precioso para Brasília e não pode correr nenhum tipo de risco. Nós vivemos um risco enorme, pois a fronteira está ali do lado. Não há como a Caesb ou a Câmara Legislativa legislar em Águas Lindas. Há que se sentar urgentemente com o Governo de Goiás, porque a ameaça é real, clara e está acontecendo.

Então, eu gostaria que a Mesa e a Câmara tomassem as providências para que esse requerimento seja respondido com a maior urgência.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Joe Valle, obrigado.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acompanhei pela imprensa, no dia de hoje, o posicionamento do Governador eleito do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que foi pedir ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que encaminhe proposta de veto a uma lei que aprovamos aqui na Câmara Legislativa e está à espera de sanção do Governador. Ele diz que estamos tirando poderes dele, que a Câmara está querendo atrapalhar a governabilidade. Então, foi pedir que o Ministério Público entre com ADIn, dizendo que já tinha pedido ao Governador Agnelo que o vetasse. É engraçado, Deputada Eliana Pedrosa, porque ele esteve aqui, conversou com a Bancada, todos os 24 Deputados foram convidados pelo Deputado Wasny de Roure, que, como Presidente desta Casa, perguntou para ele quais eram as dificuldades e quais eram as suas solicitações de mudança, porque a Câmara estava disposta a colaborar. Deputado Olair Francisco, ele não falou nada. Agora, para aparecer, vem com essa história. E é importante que fique registrado, inclusive para a imprensa que está aqui, que, quando houve essa modificação, em 1999, na verdade, usurparam os direitos e deveres da Câmara Legislativa, porque o que diz a Lei Orgânica do Distrito Federal? Que em qualquer proposta de criação de secretarias e administrações que gerem despesa tem de ser ouvida a Câmara Legislativa. O Governador Roriz, na época, conseguiu aprovar que a Câmara Legislativa ficasse fora disso, porque precisava criar uma série de administrações e secretarias absolutamente desnecessárias. E foram criadas.

Nós temos aqui nas notas taquigráficas o que outro dia o Deputado Alírio Neto apresentou aqui nesta Casa: um discurso contrário violento do Sr. Rodrigo Rollemberg, que era Deputado na época, dizendo que era um absurdo o que o Roriz estava fazendo, e agora vem ele atacar a Câmara Legislativa. Na verdade, é importante que a sociedade que está me acompanhando através da internet – deve



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

haver uns dez telespectadores na internet assistindo a esta sessão, além da imprensa que está aqui, Deputada Arlete Sampaio – saiba que o que o Rodrigo Rollemberg está fazendo é preparando o terreno para tentar humilhar a Câmara Legislativa, porque é impossível ele cumprir o rosário de promessas que foi feito. Agora ele precisa encontrar alguém para responsabilizar por isso e está responsabilizando a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse é o pior caminho que ele está buscando, porque esta Câmara é independente, autônoma. Quer conviver pacificamente com o Poder Executivo, mas não vamos aceitar esse tipo de coisa. Merece até uma expressão mais forte isso que ele fez. Teve oportunidade, foi dito para ele, não pediu absolutamente nada, sabia que o projeto estava tramitando, foi perguntado para ele, e ele disse que tudo bem, que era importante reestabelecer os poderes, e agora ele vem com essa história?

Bem como a questão do Orçamento Impositivo. O que estamos colocando lá no Orçamento Impositivo? Que as emendas parlamentares que tratarem de saúde, educação, investimentos e obras, ele é obrigado a executar. É isso que nós estamos dizendo. Nós não estamos colocando *show*, não estamos colocando festa. Nós estamos colocando outro tipo de coisa. Quando estava tramitando no Congresso Nacional recentemente o Orçamento Impositivo, ele fez um discurso veemente, querendo o Orçamento Impositivo para o Brasil. Pode valer para o Brasil, mas não pode valer para o Distrito Federal. Dois pesos e duas medidas. Uma incoerência total.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, fique tranquilo, não há motivo para V.Exa. ficar nervoso sobre essa questão, porque a Lei Orgânica do Distrito Federal é bem clara. Nós não estamos fazendo nada que saia dos requisitos da Lei Orgânica. Nós estamos apenas trazendo de volta o que a Lei Orgânica diz. Infelizmente, em 1999, alguns Deputados que estavam aqui deram essa abertura, tirando esse poder da Câmara Legislativa, e agora nós estamos devolvendo, trazendo de volta. E todos aqueles que estão hoje representando o Distrito Federal e que vão representar têm que cumprir isso. Isso é fundamental.

Eu acho que ao novo governo que está chegando, que quer uma transparência, que quer conversar etc., nós estamos dando oportunidade de ter a clareza para não fazer as coisas que não estejam de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Para concluir, quero deixar isto absolutamente claro: de tudo que for interesse da população do Distrito Federal eu vou votar a favor, sem nenhuma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

barganha, como sempre fiz no governo em que eu fui Oposição, que foi o Governo Roriz, e no governo em que fui governo, que foi o governo do companheiro Agnelo Queiroz, que termina dia 31 de dezembro. Portanto, de tudo que for do interesse da população do Distrito Federal eu estarei aqui votando a favor, sem nenhuma barganha, como sempre fiz no governo em que fui Oposição – o Governo Roriz –, e naquele em que fui governo, o do companheiro Agnelo Queiroz, que termina no dia 31 de dezembro. Portanto, de tudo que for em benefício da população eu votarei a favor. A tudo que for contra a população votarei contrariamente e denunciarei. Foi esse o papel que o eleitorado do Distrito Federal me determinou quando me mandou para a Oposição. Eu não sou Oposição porque fiz essa opção; eu sou Oposição seguindo os ditames dos eleitores do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Indago se há algum Deputado Líder que ainda pretenda fazer uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Já esgotamos a relação. Eu estou fazendo a consulta aos Deputados se alguém gostaria de fazer uso da palavra na qualidade de Líder. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, nesta tarde eu gostaria de lembrar a comemoração, na data de amanhã, do Dia Nacional da Consciência Negra, que, a partir da alteração da Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, pelo Governo Federal, passou a se denominar Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, justamente para colocar luzes no papel fundamental que teve a luta da resistência negra em nosso país, sobretudo a figura ímpar do líder Zumbi dos Palmares.

Lembro que uma feliz iniciativa do Governador Agnelo foi a constituição, no Distrito Federal, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Através dessa secretaria e da implementação de um número do Disque Racismo, nós temos hoje a possibilidade de qualquer pessoa que tenha sido vítima de racismo denunciar essa situação e exigir o resarcimento dos seus direitos por parte de qualquer agressor.

Nessa semana, do dia 17 ao dia 28, o Governo do Distrito Federal está realizando uma série de comemorações para que haja uma profunda reflexão, sobretudo nas escolas do Distrito Federal, sobre a condição do negro em nosso país. Muitas vezes, nas nossas escolas, aprendemos de uma forma absurdamente equivocada a questão do que foi a escravidão no Brasil, como se fosse apenas um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

momento da construção econômica brasileira, e não a maior agressão já feita neste e em outros países do mundo à condição da liberdade humana. Negros e negras livres de países e nações africanas foram escravizados, foram tirados de sua liberdade, foram tirados das suas vidas. Muitas dessas pessoas eram inclusive de linhagens aristocráticas. Foram escravizadas e trazidas ao Brasil em condições lamentáveis, que foram muito bem retratadas nos belos poemas de Castro Alves. Essa população veio para cá para trabalhar de forma escrava e sofrer as maiores humilhações. E aquelas pessoas que resistiram a essa condição, a essa degradação, foram vitimadas por violência por parte dos seus donos, dos seus proprietários. É por isso que a figura ímpar de Zumbi dos Palmares tem de ser sempre ressaltada como esse exemplo de um negro que representou a sua população, a sua comunidade e que lutou pelo direito das pessoas negras escravizadas neste país.

Eu quero lembrar que, na Secretaria de Educação, diversas atividades estão sendo feitas. Hoje a Secretaria de Educação do Distrito Federal coloca em prática a lei que obriga a uma releitura das relações Brasil-África e da condição do afrodescendente no Brasil. Isso está sendo feito em todas as escolas do Distrito Federal, na verdade capacitando os professores para lidar com essa questão e para abordar de maneira correta a questão do racismo.

Eu tive a honra de, no meu primeiro mandato, ter sido a autora da lei que regulamenta justamente a Lei nº 10.639, de 2003.

Eu quero, então, neste dia, lembrar o compromisso desta Casa Legislativa com a luta contra o racismo, pela igualdade de direitos de todos os seres humanos independentemente de sua condição, de sua cor, de sua etnia. Esta Câmara já realizou, ao longo desse tempo, diversas audiências públicas e diversas iniciativas nessa direção. Eu não poderia deixar de rememorar essa condição, considerando que amanhã se comemora justamente o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Então, quero deixar aqui este registro para que nunca esqueçamos o nosso papel e o nosso dever de lutar para que todos os seres humanos sejam tratados com todo o respeito de que são merecedores. Que possamos, cada vez mais, construir um país onde todos tenham igualdade de direitos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)
Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

Lembro aos Srs. Deputados que, se não houver Parlamentares, faremos a chamada nominal das Sras. e dos Srs. Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de abordar hoje um tema nem sempre muito simpático, Deputada Arlete Sampaio. Eu participei, como diretor responsável pelos impressos, da Assembleia Nacional Constituinte, e, na época, foram definidas duas categorias de servidores públicos: o servidor efetivo, concursado, e o servidor comissionado, de livre escolha da autoridade constituída. Muita gente questiona isso – eu tenho autoridade para falar porque sou servidor efetivo, servidor de carreira –, mas há duas categorias. O servidor efetivo é o servidor que conhece profundamente a organização da Casa, conhece processo legislativo, é o servidor que é encarregado de dar pareceres. O servidor comissionado assessor a Parlamentar ou outra autoridade. É assim aqui como é no resto do mundo em todos os Legislativos. Ele é a pessoa que conhece politicamente a realidade do Parlamentar. Quando se escolhe um assessor de Brasília, é porque aquele assessor conhece profundamente a cidade de Brasília. Ele diz: “Deputado, se você tiver o apoio de Joaquim, você vai perder o de João. Se você tiver o de João, você vai perder o de Manoel”. Há mais: essa pessoa, por conhecer a cidade, tem condições de assessorar o Parlamentar no sentido de dizer quais são os principais problemas que existem naquela cidade. Diferentemente do servidor concursado, que muitas vezes passa num concurso, mas sequer conhecer Brasília. Então, quando se abre concurso para a Câmara – e eu acho que está previsto abrir um concurso, e é louvável, sob esse aspecto –, uma grande quantidade de servidores que serão aprovados são servidores de outros estados que sequer conhecem Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

Esse assunto, essa introdução eu estou fazendo porque está tramitando na Câmara dos Deputados uma PEC, que é um projeto de emenda constitucional, porque o servidor comissionado é o único servidor, o único empregado que não tem direito nenhum. Ele não tem Fundo de Garantia, ele não tem 13º, ele não tem os direitos que qualquer outro trabalhador tem. Ele é um servidor nomeado e pode amanhecer demitido. E é isso que está na Constituição e ninguém comissionado que é demitido pode reclamar. É necessário, e essa PEC, que tem inclusive a contribuição do Deputado Izalci, da Câmara, visa exatamente dar uma comissão. O comissionado, quando é exonerado num dia, naquele mês não tem mais salário, mas as contas dele vão chegar. Todas as contas do comissionado vão chegar. Então, ele tem que ter um aviso prévio, ele tem que ter um fundo de garantia, ele tem que ter algumas garantias. Ele não tem Seguro Desemprego, não tem nada. Ele tem que ter algumas garantias para ter pelo menos dois ou três meses para se reorganizar e ter um novo emprego, porque senão, em dois ou três meses de desemprego, ele não terá mais condições nem de sair de casa, porque as dívidas são tão grandes que ele não tem mais dinheiro nem para pagar o ônibus. É a questão dessa PEC, que faz essa correção, e que às vezes não é tão simpática porque geralmente acha que o comissionado é apadrinhado, que é de livre escolha, mas é apenas o caráter humanitário por alguém que trabalha para que possa ter condição de ser reorganizar depois que perde o seu salário.

Nós sabemos que a Constituição de 1988 trouxe essas duas categorias – portanto, o comissionado é servidor público, tem todas as responsabilidades como servidor efetivo –, mas não se trouxe no bojo da Constituição, nem regulamentação por qualquer lei complementar, qualquer direito ao servidor comissionado. Ele anoitece empregado e amanhece desempregado. Então, essa PEC visa exatamente criar garantias que qualquer empregado normal tenha. Eu sou favorável, tenho ido a alguns parlamentares, deputados e senadores que conheço e defendo a aprovação dessa PEC. Porque, a partir do momento em que essa PEC for aprovada e der esses direitos mínimos ao servidor comissionado, nós teremos que fazer uma adaptação à nossa Lei Orgânica. Depois de feita a adaptação à Lei Orgânica – que é a Constituição do Distrito Federal –, nós teremos que vir aqui e fazer uma regulamentação na Câmara Legislativa.

Então, esse pronunciamento visa exatamente isso. Visa exatamente externar o respeito que foi esquecido. E que esse respeito signifique dignidade ao servidor que presta serviço, já que tem esse caráter, motivo pelo qual o legislador criou o cargo, exatamente pela visão política que o servidor de carreira tem e pela visão técnica que o Parlamentar sabe que dela precisa. E não é apenas a questão dos cargos em comissão no Legislativo, já que eles existem nos ministérios e na Presidência da República, em todos os lugares, mas eles estão sempre assustados. Os servidores comissionados estão sempre assustados porque eles podem anoitecer servidores e podem amanhecer desempregados. É natural isso e eles entendem. Porém, é difícil entender que ele não tenha nenhuma garantia para que possa se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

reorganizar e organizar a sua vida de maneira a retornar ao trabalho com dignidade, e mantendo não só a sua dignidade como também a de sua família.

Era o que tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, que também está inscrito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acompanhei com muita atenção notícias da imprensa do Distrito Federal, de alguns meios de comunicação, sobre um relatório do Tribunal de Contas da União a respeito da saúde no Distrito Federal. Eu fui buscar o relatório. Na verdade, para a imprensa que está aqui presente, para que possa informar bem, o relatório, Deputado Agaciel Maia, refere-se aos anos de 2007 e 2010 – não está atualizado, 2007 e 2010 –, Governo Arruda e Governo Rosso. Naquele período, o relatório do tribunal diz que cerca de 34% dos usuários que procuraram se consultar em novembro de 2007 tiveram acesso negado às consultas, segundo dados da unidade de saúde que controla esse tipo de informação. Em aproximadamente metade das especialidades, angiologia, por exemplo, esse índice chegou a 73%.

Portanto, segundo o relatório, nos anos de 2007 e 2010, 33% da população que procurava o serviço básico de saúde do Distrito Federal não era atendida. Há alguma notícia da época dizendo que esse pessoal não era atendido? Não, não tem porque o Governador era amigo dos meios de comunicação. Logo, não interessava divulgar as mazelas que havia na saúde. Agora aproveitam o final de governo e jogam a matéria como se estivesse acontecendo no governo atual, o que é mentira! Não houve nenhuma confrontação de dados do Governo Agnelo, trata-se do Governo Arruda e do Governo Rosso. São dados do Tribunal de Contas da União. Por que não diz a data? Por que não diz quando foi feito o relatório? Por que não diz que neste governo mudou? São essas coisas que precisam ser ditas, e este é o espaço em que a gente pode dizê-las. Mas, ao tribunal que fez a constatação em 2007, pergunto: que medidas foram tomadas entre 2007 e 2010? A população continuou, 33% da população do Distrito Federal, tendo o atendimento negado! Assim, um terço, pouco mais de um terço da população do Distrito Federal não tinha acesso nenhum à saúde, mas a popularidade do Governador estava lá em cima porque não havia o tiroteio que há hoje.

Portanto, é importante que tenhamos efetivamente esses dados, que possamos confrontá-los e falarmos a verdade, o que é real. Na verdade, tudo isso faz parte de um processo de beneficiamento de um governador a ser instalado. A partir de 1º de janeiro as denúncias vão sumir, a partir de 1º de janeiro. Esse próprio relatório diz que, no Distrito Federal, mesmo com o caos que estava estabelecido na época, 33% da população não era atendida, o número de médicos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

por habitante estava acima do recomendado – no Distrito Federal, já naquele tempo. Agora o Governador Agnelo contratou 4 mil médicos. Portanto, está muito mais acima. O número dava para atender com sobra a população do Distrito Federal.

O presidente do Sindicato dos Médicos – parece-me que o nome dele é Gutemberg – atacou a gestão do Governador Agnelo e continua atacando. Ele foi candidato a Deputado distrital pelo PSB e não foi eleito. Eu o ouvi dizer que o problema na saúde do Distrito Federal são as condições de trabalho, e o erro da Secretaria de Saúde está em escalar as pessoas para trabalhar sem consultá-las antes. Quer dizer, quando há consulta, a pessoa diz que não vai. E aí, como é que fica? A escala é justamente para isso. Escalou, tem que cumprir. Faz muito bem a atual Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Dra. Marília, em abrir inquérito e punir. Ela está fazendo com que as coisas mudem. Eu só lamento que não tenha assumido a Secretaria de Saúde antes.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Não há mais Parlamentares inscritos.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sessão ordinária de ontem, eu não estava no plenário naquele momento, havia um projeto nosso na pauta, mas não houve *quorum* para votação. Pergunto a V.Exa. se estamos na continuação da pauta de ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Qual é o item, Deputado Olair Francisco?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Na data de ontem era o item nº 85.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – É este o item que será lido.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Muito bem, Sr. Presidente. V.Exa. cumpre rigorosamente a Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

Item nº 85:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 603, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “obriga as empresas potencialmente poluidoras,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

localizadas no âmbito do Distrito Federal, a contratarem pelo menos um responsável técnico ambiental”.

O Relator, Deputado Chico Leite, já proferiu o relatório sobre o voto total.

Em discussão.

Estamos com visível falta de *quorum*.

Antes de procedermos à votação nominal dos Srs. Parlamentares, vamos identificar os Parlamentares presentes, para que possamos dar continuidade à votação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6^a LEGISLATURA - 4^a SESSÃO LEGISLATIVA – 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC	X	
ALÍRIO NETO	PEN		X
ARLETE SAMPAIO	PT		X
AYLTON GOMES	PR		X
BENEDITO DOMINGOS	PP	X	
CELINA LEÃO	PDT		X
CHICO LEITE	PT		X
CHICO VIGILANTE	PT	X	
CLÁUDIO ABRANTES	PT		X
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP		X
ELIANA PEDROSA	PPS	X	
EVANDRO GARLA	PRB		X
JOE VALLE	PDT	X	
LILIANE RORIZ	PRTB		X
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X	
PATRÍCIO	PT		X
PAULO RORIZ	PP		X
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV		X
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X
RÔNEY NEMER	PMDB		X
WASHINGTON MESQUITA	PTB		X
WELLINGTON LUIZ	PMDB		X
WASNY DE ROURE	PT	X	
TOTAL		07	17

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Com 7 Parlamentares presentes e 17 ausências, não há *quorum* para deliberar sobre a pauta da Ordem do Dia. Indago aos Srs. Parlamentares se há algum comunicado a ser feito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a importância de um projeto que está pautado para ser votado hoje, a importância estratégica que ele tem para o Distrito Federal, peço a V.Exa. a suspensão da sessão por 20 minutos, para completarmos o *quorum*. Sei da paciência, do zelo de V.Exa., e peço esses 20 minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, esta Presidência vai acolher em parte a sua solicitação. Vamos suspender a sessão por 10 minutos para ver se alcançamos *quorum* para deliberarmos sobre a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h56min, a sessão é reaberta às 17h08min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão. Após os 10 minutos estabelecidos para suspensão da sessão, reabro os trabalhos indagando aos colegas do plenário se temos *quorum* para deliberar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho informação de que estão descendo dos gabinetes Deputados em número suficiente para completar o *quorum*. Tanto eu como o Willemann acionamos e as pessoas estão vindo. É só questão de mais alguns minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Deputado sugere mais quantos minutos?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu sugiro mais 10 minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Certo.

DEPUTADO OLAIIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. já havia aceitado a solicitação do nobre Deputado Chico Vigilante. Nós esperamos, esperamos e esperamos. Não temos *quorum* suficiente. Então, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

sugiro a V.Exa. que encerre a sessão porque, neste momento de votação, os Deputados deveriam estar aqui no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, esta Presidência teve a máxima boa vontade. Nós já temos quase 20 minutos de suspensão. Eu vou dar mais 5 minutos. Se os Deputados chegarem, nós teremos condições de implantar a sessão, caso contrário, esta Presidência vai encerrar. São 17h10min. Se em 5 minutos houver *quorum*, daremos prosseguimento ao processo de apreciação da Ordem do Dia.

(Suspensa às 17h10min, a sessão é reaberta às 17h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão. São 17h17min.

Entraremos na Ordem do Dia. Na averiguação dos relatórios, verificaremos a existência ou não de *quorum*, porque fizemos, a menos de 30 minutos, a chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa., em havendo *quorum*, que seja colocado na Ordem do Dia também o Projeto de Lei nº 2.049, de 2014.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Indago aos Srs. Líderes se há alguma discordância no que diz respeito à inclusão do referido projeto na Ordem do Dia. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, acolho o pedido da Deputada Arlete Sampaio.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrerestamento dos itens de nºs 1 a 100, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições e os itens extrapauta. (Pausa.)

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.049, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.365, de 3 de julho de 2014, que autoriza a instituição do Fundo Especial da Dívida Ativa – FEDAT e dá outras providências”.

O projeto não foi apreciado pelas comissões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

A Presidência designa o Deputado Washington Mesquita para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Washington Mesquita, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16



PARECER N° , DE 2014

Da COMISSÃO DE ECONOMIA,
ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre o
PROJETO DE LEI Nº 2.049, de 2014, que
*Altera a Lei nº 5.365, de 3 de julho de
2014, que autoriza a instituição do o
Fundo Especial da Dívida Ativa – FEDAT e
dá outras providências.*

AUTORIA: Poder Executivo

RELATOR: Deputado

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo.

O artigo 1º autoriza o Distrito Federal a instituir fundo orçamentário especial, denominado Fundo Especial de Dívida Ativa – FEDAT, com a finalidade de contribuir para o aumento da arrecadação dos seus recursos financeiros.

O ativo permanente do FEDAT, segundo o artigo 2º, todos os créditos inadimplidos, inscritos em dívida ativa, de natureza tributária ou não, que estejam com parcelamento em vigor ou não ou que não estejam com exigibilidade suspensa, bem como as demais receitas decorrentes de sua atuação.

O artigo 3º autoriza o Distrito Federal a ceder o fluxo financeiro decorrente da recuperação dos créditos inadimplidos, de natureza tributária e não tributária, parcelados ou não, em cobrança administrativa ou judicial. Seus parágrafos disciplinam tal cessão.

O Distrito Federal, por força do artigo 4º, deve contratar instituição do sistema financeiro nacional para a realização de operação de securitização dos ativos do FEDAT, respeitado o disposto na legislação em vigor, notadamente o previsto na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

O artigo subsequente declara as fontes de receita do FEDAT.

O artigo 6º, por sua vez, trata das contas em que os recursos devem ser depositados.

As finalidades dos recursos depositados no FEDAT são objeto do artigo 7º.

O artigo 8º dispõe que o FEDAT vincula-se à Secretaria de Estado da Fazenda, na forma de regulamento, e deve ser gerido por Conselho de Administração, composto por um representante titular e suplente da Secretaria de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Estado da Fazenda, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento.

O artigo art. 9º autoriza o Poder Executivo é autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais de até 50% do patrimônio do FEDAT para atender as suas finalidades.

Os artigos 10 e 11 tratam de aplicação por dotação orçamentária e previsão de regulamentação.

Seguem as cláusulas de vigência e revogatória geral.

O Projeto de Lei foi distribuído à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e à Comissão de Constituição e Justiça.

Não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 64, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade das proposições quanto à adequação orçamentária e financeira, e emitir parecer sobre o mérito de matérias de natureza tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial.

A proposta institui fundo orçamentário especial denominado Fundo Especial da Dívida Ativa – FEDAT para possibilitar a estruturação de operações de securitização pela cessão do fluxo financeiro decorrente da recuperação de créditos que compõem o patrimônio do FEDAT, nos moldes do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Em relação aos aspectos de administração orçamentária, financeira e patrimonial, nota-se que a disciplina do FEDAT atende aos requisitos da Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, regulamentadora, em parte, do parágrafo 12 do art. 149 de nossa Lei Orgânica, no tocante às condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Uma vez que a securitização autorizada na proposição não caracteriza operação de crédito, mas sim alienação de ativo financeiro, não há contrariedade às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, manifestamos voto pela **APROVAÇÃO** e **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 2.049, de 2014, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma de sua redação original.

Sala das Comissões, de 2014.

Deputado

Presidente

Deputado

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Washington Mesquita, há emendas. As emendas têm que ser protocoladas. Indago se foram protocoladas.

Enquanto a matéria não está protocolada, ela não existe na Casa. Solicito à assessoria que providencie o protocolo da matéria, para que, então, ela possa ser apreciada no parecer, ainda em primeiro turno.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 19/11/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S): 2049 / 2014

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADA

Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO

Washington Mesquita

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST.	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN			X			
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT			X			
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP			X			
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB			X			
	JOE VALLE	PDT			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT			X			
	PAULO RORIZ	PP			X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RÔNEY NEMER	PMDB			X			
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
TOTAL			11	13				


SECRETÁRIO (DEPUTADO) Olair Francisco



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2014	16h15min	103 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência informa que temos 11 Parlamentares em plenário, havendo 13 ausências. Não há *quorum*, portanto, para deliberação do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero propor aos 11 Parlamentares presentes, a V.Exa. e aos Líderes, que são responsáveis por mobilizar as suas bancadas, muito embora isso seja muito difícil – temos os Deputados Wellington Luiz, Líder do PMDB; Eliana Pedrosa, Líder do PPS; Benedito Domingos; Líder do PP; Aylton Gomes; Agaciel Maia e Olair Francisco –, que, não havendo *quorum* no dia de hoje, possamos combinar aqui a votação desse projeto na próxima terça-feira. Eu gostaria que saíssemos daqui com o seguinte acordo: chegaremos às 15h, todos nós, inclusive eu, que sou quem mais falo nesta Casa, e abriremos mão dos comunicados, para irmos diretamente ao voto, porque esse projeto não trata só da questão de beneficiar esse ou aquele governo. Trata-se de um projeto estratégico para o Distrito Federal.

Proponho a V.Exa. que todos nós, aqui, possamos assumir esse compromisso. Já temos 11 Deputados. Faltam 2. Em não dando *quorum* no dia de hoje, que possamos votar essa matéria na terça-feira, impreterivelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Indago aos Srs. Deputados se há mais alguém que queira pedir questão de ordem ou algum comunicado. (Pausa.)

Não há *quorum* para apreciação. Esta Presidência declara encerrada a presente sessão, transferindo a apreciação das matérias para a próxima sessão ordinária.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h29min.)